

ADVOGADO

05/12/2010

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
MATEMÁTICA	11 a 15
INFORMÁTICA	16 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 60

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 60 questões da prova Objetiva .
2. Cada questão da prova Objetiva apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro em seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se os seus dados estão impressos corretamente. Se for encontrado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. A prova terá a duração de quatro horas, já computadas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
5. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio **1(uma) hora antes do término das provas, não sendo permitido, nesse momento, sair com quaisquer anotações.** Poderá levar o caderno de prova somente no decurso dos últimos **trinta minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
6. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.

CONCURSO PÚBLICO/2010

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto seguinte para responder às questões de **01 a 08**.

Arte sem arte

Ferreira Gullar

NÃO TENHO a pretensão de estar sempre certo no que escrevo, nas opiniões que emito, muito embora acredite seriamente nelas.

Não foi à toa que, de gozação, me apelidaram de profissional do pensamento, por tanto atazanar os amigos com minhas indagações e tentativas de explicação. Por isso também volto a certos temas, desde que descubra, ao repensá-los, modos outros de enfocá-los e entendê-los.

Se há um tema sobre o qual estou sempre indagando é a situação atual das artes plásticas, precisamente porque exorbitaram os limites do que — segundo meu ponto de vista — se pode chamar de arte. Sei muito bem que alguém pode alegar que arte não se define e que toda e qualquer tentativa de fazê-lo contraria a natureza mesma da arte.

Esse é um argumento ponderável e muito usado ultimamente, mas acerca do qual levanto dúvidas. Concordo com a tese de que arte não se define, mas não resta dúvida de que, quando ouço Mozart, sei que é música e, quando vejo Cézanne, sei que é pintura. Logo, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de definir o que é arte não elimina o fato de que as obras de arte têm qualidades específicas que as distinguem do que não o é.

Do contrário, cairíamos numa espécie de vale-tudo, numa posição insustentável mesmo para o mais radical defensor do que hoje se intitula de arte contemporânea.

Isto é, o sujeito teria de admitir que uma pintura medíocre tem a mesma qualidade expressiva que uma obra-prima e que ele mesmo teria de se obrigar a gostar indistintamente de toda e qualquer coisa que lhe fosse apresentada como arte. Por mais insensato que possa ser alguém na defesa de uma tese qualquer, não poderia evitar que esta ou aquela coisa que vê ou ouve ou lê tenha a capacidade maior ou menor de sensibilizá-lo, emocioná-lo ou deixá-lo indiferente.

Creio não haver dúvida de que, seja ou não possível definir o que é arte, há coisas que nos emocionam ou nos fascinam ou nos deslumbram e outras que nos deixam indiferentes.

Se se der ou não a tais coisas a qualificação de arte, pouco importa: é inegável que a "Bachiana nº 4" é belíssima e que um batecum qualquer não se lhe compara, não nos dá o prazer que aquela obra de Villa-Lobos nos dá.

Do mesmo, um desenho de Marcelo Grassmann me encanta e um desenho medíocre me deixa indiferente. Mas um artista conceitual — ou que outra qualificação se lhe dê — responderá que esta visão minha é velha, ultrapassada, pois ainda leva em conta valores estéticos, enquanto a nova arte não liga mais para isso. Mas pode haver arte sem valor estético? Arte sem arte?

Essa pergunta me leva à experiência radical de Lygia Clark (1920-1988), sob muitos aspectos antecipadora do que hoje se chama arte conceitual.

Dando curso à participação do espectador na obra de arte — elemento fundamental da arte neoconcreta —, chega à conclusão de que pode ele ir além, de espectador-participante a autor da obra, bastando, por exemplo, cortar papel ou provocar em si mesmo sensações táteis ou gustativas. Assim atingimos, diz ela, o singular estado de arte sem arte.

De fato, esse rumo tomado por alguns artistas resultou da destruição da linguagem estética e na entrega a experiências meramente sensoriais, anteriores, portanto, a toda e qualquer formulação.

Descartando assim a expressão estética, concluíram que se negar a realizar a obra é reencontrar as fontes genuínas da arte. E, se o que se chama de arte é o resultado de uma expressão surgida na linguagem da pintura, da gravura ou da

escultura, buscar se expressar sem se valer dessa linguagem seria fazer arte sem arte ou, melhor dizendo, ir à origem mesma da expressão.

Isso nos leva, inevitavelmente, a perguntar se toda expressão é arte. Exemplo: se amasso uma folha de papel, o que daí resulta é uma forma expressiva; pode-se dizer que se trata de uma obra de arte? Se admito que sim, todo mundo é artista e tudo o que se faça é arte.

Já eu considero uma piada achar que todas as pessoas têm o mesmo talento artístico de Leonardo da Vinci e de Vincent van Gogh ou que esse talento seja apenas mais um preconceito inventado pelos antigos. As pessoas são iguais em direitos, mas não em qualidades

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2111201022.htm>. Acesso em 21 nov. 2010.

— QUESTÃO 01 —

No primeiro parágrafo, o argumento contrário introduzido por "muito embora" permite o entendimento de que

- (A) a certeza de acreditar atribuída pelo autor a suas opiniões encerra uma afirmação que desmente o argumento do autor de não ter pretensão de estar sempre certo.
- (B) a afirmação do autor de não ter pretensão de estar sempre certo no que escreve e nas opiniões que emite é um argumento mais forte do que o fato de acreditar nelas.
- (C) a pretensão do autor de estar sempre certo em suas opiniões é um argumento decisivo para voltar à discussão de um tema já contemplado por ele.
- (D) o argumento do autor de sempre emitir opiniões definitivas e corretas é inquestionável pelo fato de acreditar seriamente nelas.

— QUESTÃO 02 —

"Desde que", no segundo parágrafo, contribui para a construção da ideia de que a retomada de certos temas pelo autor é

- (A) consequência de sua crença pretensiosa em suas opiniões.
- (B) contrariada por aqueles que o julgam profissional do pensamento.
- (C) causada pelo fato de estar sempre certo naquilo que escreve.
- (D) condicionada à descoberta de outros modos de enfocá-los.

— QUESTÃO 03 —

A escolha do tema é justificada pela indagação de Ferreira Gullar quanto

- (A) às fronteiras que separam a arte da não arte na atualidade.
- (B) à diferença entre arte contemporânea e arte tradicional.
- (C) aos limites entre a arte no passado e a arte no presente.
- (D) ao paradoxo que deforma a arte contemporânea.

— QUESTÃO 04 —

Em “Sei muito bem que alguém pode alegar que arte não se define e que toda e qualquer tentativa de fazê-lo contraria a natureza mesma da arte”, a negação marca duas diferentes vozes no texto. A alegação atribuída a alguém pelo autor implica outra alegação, a de que arte

- (A) perde sua natureza quando definida.
- (B) é liberdade que não se prende a definições.
- (C) pode ser definida sem que deixe de ser arte.
- (D) depende de seu criador para ser arte.

— QUESTÃO 05 —

A tese defendida pelo autor para driblar a dificuldade de definir arte é a de que

- (A) os diferentes modos de expressão são arte e, por isso, todas as pessoas podem ser artistas.
- (B) os valores estéticos são ultrapassados para definir arte, em virtude das várias possibilidades de criação do mundo contemporâneo.
- (C) as fontes genuínas da arte são anteriores a qualquer formulação ou expressão da linguagem artística.
- (D) as coisas que emocionam, fascina, dão prazer às pessoas são arte, e as coisas que deixam as pessoas indiferentes não são arte.

— QUESTÃO 06 —

O título “Arte sem arte” contribui para antecipar a produção da crítica à ideia de que

- (A) qualquer forma de expressão pode ser considerada arte.
- (B) alguns possuem talento artístico e outros não.
- (C) as pessoas são diferentes em suas qualidades.
- (D) a linguagem artística é a forma de expressão da arte.

— QUESTÃO 07 —

Para citar o seguinte discurso alheio em “Mas um artista conceitual responderá que esta visão minha é velha, ultrapassada, pois ainda leva em conta valores estéticos, enquanto a nova arte não liga mais para isso”, O expediente linguístico utilizado foi o

- (A) discurso direto.
- (B) discurso indireto.
- (C) discurso indireto livre.
- (D) discurso de autoridade.

— QUESTÃO 08 —

No trecho “Do contrário, cairíamos numa espécie de valeduto, numa posição insustentável mesmo para o mais radical defensor do que hoje se intitula de arte contemporânea”, a expressão do contrário requer do leitor a elaboração de um sentido que seja oposto à ideia de que

- (A) a arte contemporânea abarca qualquer produção considerada pelo artista como obra de arte.
- (B) todas as formas de expressão artística possuem qualidades que as tornam obras de arte.
- (C) as qualidades específicas distinguem o que é uma obra de arte daquilo que não o é.
- (D) todo e qualquer valor serve quando se trata de definir uma criação como obra de arte e como não arte.

Considere a tira para responder às questões 09 e 10.

**— QUESTÃO 09 —**

Considerando-se a linguagem verbal e a não-verbal, conclui-se que há uma crítica às formas de interpretação que atribuem qualidade expressiva a qualquer coisa. Essa crítica pode ser depreendida, na tira, do fato de os sentidos serem

- (A) verdadeiros quando atribuídos por um crítico de arte e falso quando atribuídos por uma pessoa leiga.
- (B) construídos conforme as experiências de vida do interpretante e não conforme a expressão artística da obra analisada.
- (C) constituídos pela imagem real do objeto artístico independente do personagem que o aprecie.
- (D) imaginários na interpretação ingênua de uma criança e reais na interpretação experiente de um adulto.

— QUESTÃO 10 —

Comparando-se a descrição do primeiro quadro com a do segundo quadro da tira, conclui-se que

- (A) a primeira descrição é figurativa e a segunda é temática.
- (B) a segunda descrição tem função representativa e a primeira, interpretativa.
- (C) as duas descrições criam uma imagem dos seres do mundo.
- (D) as duas descrições operam com conceitos abstratos.

— RASCUNHO —

MATEMÁTICA**— QUESTÃO 11 —**

Uma assembleia de alunos reuniu 15 representantes do 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso de matemática de uma universidade. Cada ano escolar foi representado por um número diferente de alunos, e cada ano estava representado por pelo menos um aluno e um dos anos tinha exatamente quatro representantes. O 1º e o 2º anos tiveram juntos seis representantes, já o 2º e o 4º tiveram juntos sete representantes. De acordo com essas informações, o ano que teve quatro representantes foi o

- (A) 1º
- (B) 2º
- (C) 3º
- (D) 4º

— QUESTÃO 12 —

Segundo um relatório sobre pesquisa e desenvolvimento da UNESCO [www1.folha.uol.com.br/ciência, acesso em 15/11/2010] foram investidos, no período de 2002 a 2007, 1,7% do PIB mundial para a pesquisa e o desenvolvimento. Embora o percentual tenha sido estável, o volume investido teve uma alta considerável, em virtude do crescimento da economia mundial nesse período, saltando de U\$ 790 bilhões, em 2002, para U\$ 1,14 trilhão em 2007. De acordo com esses dados, a economia mundial teve um crescimento de 2002 para 2007 de, aproximadamente,

- (A) 4,3%
- (B) 14,0%
- (C) 17,0%
- (D) 44,3%

— QUESTÃO 13 —

Uma mãe comprou um remédio em gotas para administrar para sua filha de 11 anos. Quando olhou a bula verificou que não havia indicação para a posologia em gotas para crianças de 6 a 12 anos, mas que na solução oral a posologia para esta faixa etária era de 5 mL. Além disso, a bula continha a informação de que cada mL da solução oral contém 40 mg do medicamento, enquanto na solução gotas 100 mg equivalem a 40 gotas. Dessa forma, para que seja administrado o equivalente a 5 mL da solução oral, o número de gotas a serem administradas é:

- (A) 40
- (B) 80
- (C) 120
- (D) 200

— QUESTÃO 14 —

Dois produtos, A e B, compõem uma mistura homogênea, totalizando 1,4 litros, na qual a proporção entre A e B é igual a 1/6. Após um estudo, verificou-se que a proporção entre os dois produtos deveria ser igual a 1/5. A quantidade do produto A a ser adicionada à mistura para que a proporção final entre os produtos A e B seja igual a 1/5 deve ser de

- (A) 40 mL
- (B) 45 mL
- (C) 50 mL
- (D) 80 mL

— QUESTÃO 15 —

A tabela a seguir apresenta a população de algumas cidades do estado de Goiás, que foram apuradas pelo Censo 2010.

Cidade	População
Acreúna	20.281
Alexânia	23.397
Bela Vista de Goiás	23.981
Brazabrantes	3.134
Cachoeira Alta	10.113
Goiás	23.806
Ipameri	24.382
Palmeiras de Goiás	23.245

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010.
Acesso em: 21. nov. 2010.

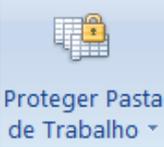
De acordo com os dados apresentados nessa tabela, a mediana da população dessas cidades é:

- (A) 6.623
- (B) 10.113
- (C) 23.321
- (D) 23.689

— RASCUNHO —

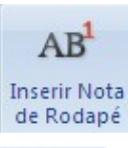
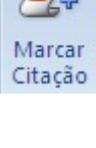
INFORMÁTICA**— QUESTÃO 16 —**

Para impedir que, por acidente ou deliberadamente, um usuário altere, mova ou exclua dados importantes, o usuário do Microsoft® Office® Excel 2007 pode proteger determinados elementos de uma planilha ou pasta de trabalho, com ou sem uma senha. Para permitir alteração por mais de um usuário ao mesmo tempo e também mesclar a pasta de trabalho, o usuário deverá acessar a guia “Revisão” no grupo “Alterações” e clicar no ícone:

- (A)  Proteger Pasta de Trabalho ▾
- (B)  Proteger Planilha
- (C)  Compartilhar Pasta de Trabalho
- (D)  Novo Comentário

— QUESTÃO 17 —

O usuário do Microsoft® Office® Word 2007 pode inserir de forma automática uma referência de um livro, um artigo de jornal ou outro periódico usado como fonte para as informações contidas no seu documento. Para permitir a inserção da referência proveniente da lista de fontes bibliográficas criadas, o usuário deverá acessar a guia “Referências” e clicar no ícone:

- (A)  Inserir Nota de Rodapé
- (B)  Inserir Citação ▾
- (C)  Inserir Legenda
- (D)  Marcar Citação

— QUESTÃO 18 —

O “Gerenciador de Tarefas do Windows” mostra ao usuário os programas, os processos e os serviços que estão sendo executados no computador. O usuário pode usá-lo para monitorar o desempenho do computador ou para fechar um programa que não está respondendo. Se o usuário estiver conectado a uma rede, também poderá usar esse gerenciador para exibir o status da rede e ver como ela está funcionando, além de outras funcionalidades. Por padrão (configuração de atalho geral do teclado), que combinação de teclas o usuário deverá utilizar se ele deseja abrir a janela do “Gerenciador de Tarefas” no Microsoft® Windows®.7?

- (A) Ctrl+Shift+Alt
- (B) Ctrl+Shift+Esc
- (C) Ctrl+Tecla do logotipo do Windows+Alt
- (D) Ctrl+Tecla do logotipo do Windows+Esc

— QUESTÃO 19 —

O acesso a páginas da Internet pode ser feita por meio dos diversos navegadores existentes no mercado. Ao utilizar o Mozilla Firefox versão 3.6.12, os usuários têm a opção de mudar a aparência da tela deste navegador mediante a escolha de um novo

- (A) favorito.
- (B) perfil.
- (C) usuário.
- (D) tema.

— QUESTÃO 20 —

Atualmente, tem sido difundido o uso de monitores de alta resolução para computadores pessoais. Para atender a essa demanda, as novas placas de vídeo têm sido fabricadas com a tradicional saída de vídeo VGA e a saída de vídeo

- (A) DVI.
- (B) RJ-45.
- (C) RS-232.
- (D) USB.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 21 —**

Com o advento da nova Constituição as normas infraconstitucionais vigentes perdem suporte de validade da Constituição anterior, somente mantendo-se válidas em razão da teoria

- (A) da reprivatização.
- (B) da recepção.
- (C) da desconstitucionalização.
- (D) da reordenação.

— QUESTÃO 22 —

Em relação aos modelos de classificação das constituições, José Afonso da Silva apresenta um modelo caracterizado como não sendo propriamente de constituição outorgada, tampouco, democrática, ainda que criada com participação popular, via de plebiscito sobre um projeto elaborado por um Imperador ou um Ditador. A participação popular, nesses casos, não é democrática, pois visa apenas a ratificar a vontade do detentor do poder. Trata-se de uma constituição classificada como

- (A) pactuada.
- (B) promulgada.
- (C) cesarista.
- (D) histórica.

— QUESTÃO 23 —

O controle difuso de constitucionalidade é realizado no caso concreto, por qualquer juiz ou tribunal, produzindo, em regra, somente efeitos interpartes, sendo a declaração de inconstitucionalidade proferida de modo incidental. Dessa forma, somente será cabível o controle difuso em sede de ação civil pública,

- (A) desde que a controvérsia constitucional qualifique-se como simples questão prejudicial, não sendo o único objeto da demanda.
- (B) desde que a controvérsia constitucional qualifique-se como questão central, mas não sendo o único objeto da demanda.
- (C) ainda que a controvérsia constitucional não se qualifique como questão central, mas sendo o único objeto da demanda.
- (D) ainda que a controvérsia constitucional qualifique-se como questão central, apresentando-se como o único objeto da demanda.

— QUESTÃO 24 —

A respeito da distribuição constitucional de competência para legislar sobre saúde, a Carta Cidadã de 1988 define que

- (A) é competência privativa da União e dos Estados.
- (B) é competência comum da União, Estados e Municípios.
- (C) é competência concorrente da União, Estados e do Distrito Federal.
- (D) é competência concorrente da União, Estados e Municípios.

— QUESTÃO 25 —

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988). De acordo com a Constituição em vigor,

- (A) as ações do Sistema Único de Saúde têm como uma de suas diretrizes a centralização, com direção única em cada esfera de governo.
- (B) a disposição sobre regulamentação, fiscalização e controle, bem como acerca da participação de terceiros é facultada ao Poder Público.
- (C) as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, sem qualquer distinção entre entidades prestadoras.
- (D) a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde, no País, é vedada, salvo nos casos previstos em lei.

— QUESTÃO 26 —

As autarquias são entes

- (A) da administração direta, desprovidos de personalidade jurídica, criados por lei, com autonomia administrativa e financeira.
- (B) da administração indireta, com personalidade jurídica de direito público, criados por lei, com autonomia administrativa e financeira.
- (C) da administração direta, com personalidade jurídica de direito privado, criados por lei, com autonomia administrativa e financeira.
- (D) da administração indireta, com personalidade jurídica de direito privado, criados por lei, com autonomia política, administrativa e financeira.

— QUESTÃO 27 —

A Lei n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece:

- (A) o início do processo administrativo está restrito ao pedido da parte interessada.
- (B) a Administração está dispensada de emitir explicitamente decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- (C) as provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis no processo administrativo, quando favoráveis ao administrado.
- (D) os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse, devem ser objeto de intimação.

— QUESTÃO 28 —

A Lei n. 8.666/93 institui, dentre as normas para licitações, que

- (A) a licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento e o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (B) os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, não englobando as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão subordinados ao regime desta Lei.
- (C) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alieações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação, não existindo qualquer ressalva legal.
- (D) o contrato é, para os fins desta Lei, todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

— QUESTÃO 29 —

Os contratos administrativos de que trata a Lei n. 8.666/93 são regidos por preceitos de direito público e privado. Disso infere-se que

- (A) a prorrogação do prazo do contrato administrativo será automática, caso haja previsão contratual, dispensando-se prévia ou posterior manifestação da Administração Pública.
- (B) a publicação integral do contrato administrativo ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável de sua eficácia.
- (C) a Administração Pública tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato administrativo, para melhor atender ao interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (D) os contratos públicos e seus aditamentos serão escritos, devendo as repartições interessadas manter arquivo cronológico dos seus autógrafos e arquivo sistemático dos seus extratos.

— QUESTÃO 30 —

É atribuição do Tribunal de Contas da União:

- (A) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração federal direta e indireta.
- (B) exercer preventivamente o controle externo, não podendo aplicar aos responsáveis por irregularidades de contas as sanções legais.
- (C) apreciar a legalidade da gestão financeira e orçamentária, não lhe competindo analisar a legitimidade e a economicidade das contas públicas.
- (D) sustar, diretamente, a execução de contrato, quando não sanada a ilegalidade indicada nem adotadas as providências necessárias pelos órgãos controlados.

— QUESTÃO 31 —

A obrigação de pagar tributo decorre de uma relação jurídica que dá origem ao crédito tributário. A respeito da obrigação tributária, conclui-se que

- (A) a obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações positivas ou negativas de interesse do contribuinte.
- (B) a obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta, e após constituído, modifica-se ou extingue-se mediante pagamento.
- (D) as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou que excluem sua exigibilidade, afetam diretamente a obrigação tributária que lhe deu origem.

— QUESTÃO 32 —

O Código Tributário Nacional, ao tratar da temática “Administração Tributária,” estabelece as normas de fiscalização, da dívida ativa e da certidão negativa, dispondo que

- (A) a Certidão de Dívida Ativa é título judicial com força de prova pré-constituída e goza de presunção *iuris et de iure* de liquidez e certeza.
- (B) a certidão de que conste a existência de créditos, em curso de cobrança executiva em que tenham sido nomeados bens a penhora, tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
- (C) a regular notificação do sujeito passivo, do lançamento, autoriza a inscrição automática do débito em Dívida Ativa.
- (D) a certidão de que conste a existência de créditos, cuja exigibilidade esteja suspensa, tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

— QUESTÃO 33 —

De acordo com os princípios e imunidades, estatuídos na Constituição de 1988 na seção das “Limitações ao poder de tributar” e, especificamente, com relação às contribuições criadas no interesse de categorias profissionais ou econômicas,

- (A) os benefícios fiscais lícitos serão concedidos mediante lei específica federal e que regule exclusivamente esta matéria ou esta contribuição.
- (B) a redução ou restabelecimento de suas alíquotas pode ocorrer por ato infralegal, não se lhe aplicando o princípio da reserva legal.
- (C) a norma veiculadora de aumento do tributo observará o princípio da noventena, dispensando observância ao princípio da anterioridade de exercício.
- (D) o seu prazo de recolhimento pode ser reduzido por instrumento infralegal, não se lhe aplicando o princípio da reserva legal.

— QUESTÃO 34 —

Sobre o instituto da capacidade tributária ativa, que implica no poder de ser sujeito ativo na relação jurídico-obrigacional de natureza tributária, nos termos do Código Tributário Nacional,

- (A) a ausência do exercício da competência tributária pelo ente público permite a transferência da competência a outro ente político com interesse na relação tributária.
- (B) a delegação de capacidade tributária ativa confere ao arrecadante todos os privilégios processuais inerentes à pessoa jurídica titular da competência tributária.
- (C) o cometimento, a pessoas jurídicas de direito privado, da atribuição de arrecadar tributos implica na delegação de capacidade tributária ativa.
- (D) a revogação da capacidade tributária ativa depende de deliberação da pessoa jurídica a quem foi delegada a atribuição.

— QUESTÃO 35 —

O orçamento público deve atender a certos princípios que fundamentam a sua execução. É incompatível com os princípios orçamentários dizer:

- (A) o princípio da universalidade orienta que todas as rendas e despesas dos Poderes, órgãos, fundos e entidades da Administração Pública direta e indireta devem estar incluídas no orçamento anual geral.
- (B) o princípio da exclusividade não está previsto na atual Constituição brasileira, uma vez que tal regramento permite a abertura de créditos suplementares.
- (C) o princípio da unidade do orçamento tem previsão na atual Constituição e deve ser entendido não como unidade documental, mas como programas a serem implementados dentro de um sistema.
- (D) o princípio da programação orienta que todo orçamento deve ter conteúdo e forma de programação e mesmo os programas de governo de duração continuada devem constar de plano plurianual.

— QUESTÃO 36 —

A atividade financeira do Estado compreende um conjunto de atuações com o fim de obter, gerir e aplicar recursos públicos. No que se refere à aplicação dos recursos públicos,

- (A) as receitas públicas têm vedada a vinculação a despesa específica, qualquer que seja sua natureza ou destinação.
- (B) os gastos dos Conselhos de Fiscalização Profissionais estão desobrigados da observância aos limites previstos na lei orçamentária anual.
- (C) os recursos gastos pelo Estado na realização de obras públicas classificam-se como despesas correntes.
- (D) a despesa pública pode ser realizada se observadas as seguintes fases: empenho, liquidação e pagamento.

— QUESTÃO 37 —

Relativamente à atividade financeira do Estado e com base nas disposições da norma geral do Direito Financeiro – Lei n. 4.320 de 17 de março de 1964 – classifica-se tributo como:

- (A) receita derivada, de natureza facultativa, cujo produto deve ter destinação ao custeio de atividades específicas ou gerais exercidas pelas entidades que detêm capacidade tributária.
- (B) receita originária, de natureza compulsória, cujo produto deve ter destinação ao custeio de atividades gerais exercidas pelas entidades de direito público que têm competência tributária.
- (C) receita derivada, de natureza compulsória, cujo produto deve ter destinação ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas pelas entidades de direito público que detêm competência tributária.
- (D) receita originária, de natureza patrimonial, cujo produto deve ter destinação ao custeio de atividades gerais exercidas pelas entidades de direito público que têm competência tributária.

— QUESTÃO 38 —

M.A. foi contratada no dia 15 de setembro de 2010, para trabalhar como recepcionista em um hospital. O contrato foi a título de experiência e tinha um prazo préfixado de 30 dias. Antes de se encerrarem os 30 dias o empregador lhe informou que faria sua rescisão, por não ter interesse na continuidade do trabalho. A empregada comunicou ao empregador, antes da rescisão, que estava grávida. Nesse caso, o empregador

- (A) não pode dispensar a empregada, pois ela tem garantia de emprego, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- (B) não pode dispensar a empregada, pois esta tem garantia de emprego pelo período de 120 dias.
- (C) deve garantir o emprego, pois foi expressamente avisado da gravidez antes do término do contrato.
- (D) pode dispensar a empregada, pois esta não tem garantia de emprego, uma vez que foi realizado ajuste prévio determinando o término do contrato.

— QUESTÃO 39 —

O adicional de insalubridade deve ser pago na proporção de

- (A) 40% do salário profissional, em caso de risco de grau máximo.
- (B) 30% do salário profissional, em caso de risco de grau médio.
- (C) 10% do salário mínimo, em caso de risco de grau mínimo.
- (D) 20% do salário mínimo, em caso de risco de grau médio.

— QUESTÃO 40 —

A dispensa motivada por ato do empregador contra o empregado possibilita que o empregado

- (A) exija extrajudicialmente seus salários, acrescidos das verbas rescisórias reduzidas pela metade.
- (B) pleiteie em Juízo a homologação do pedido de demissão.
- (C) pleiteie em Juízo a declaração da despedida indireta, e, caso caracterizada, seja deferida com o pagamento das respectivas indenizações.
- (D) requeira ao Ministério do Trabalho a caracterização de infração administrativa e pleiteie em Juízo a suspensão do contrato de trabalho até a regularização do ato.

— QUESTÃO 41 —

No processo do trabalho, o procedimento sumaríssimo simplifica os atos processuais para lhe dar celeridade e, na audiência,

- (A) os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da própria e do processo, serão decididos em autos apartados.
- (B) as testemunhas comparecerão à audiência de instrução e julgamento independente de intimação. Mas só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- (C) as testemunhas, em número máximo de três por cada uma das partes, deverão comparecer independente de intimação.
- (D) o juiz determinará a reautuação do processo se verificar a necessidade de se produzir prova técnica, para que seja adotado o rito ordinário.

— QUESTÃO 42 —

O recurso de revista endereçado ao Tribunal Superior do Trabalho é cabível quando

- (A) a parte requerer reexame de fatos e provas.
- (B) a decisão atacada pela parte já tiver sido superada por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) a parte demonstrar divergência jurisprudencial, comprovando interpretação diversa de lei federal por outro Tribunal Regional, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte.
- (D) a parte demonstrar divergência jurisprudencial, tratando-se de interpretação de alcance de cláusula contratual, ou de regulamento de empresa.

— QUESTÃO 43 —

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro,

- (A) a lei, salvo disposição contrária, começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente aprovada no Congresso Nacional.
- (B) a lei revogada, salvo disposição em contrário, não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (C) o juiz, quando a lei for omissa, decidirá o caso de acordo com a analogia, os contratos, a equidade, os costumes e os princípios gerais do direito.
- (D) o juiz, na aplicação da lei, atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências individuais do autor da ação.

— QUESTÃO 44 —

Em regra, as obrigações são voluntariamente cumpridas, seja espontaneamente, por iniciativa do devedor, seja após a interpelação feita pelo credor. Nesse sentido,

- (A) o inadimplemento é absoluto no caso de mora do devedor, ou seja, quando ocorre cumprimento imperfeito da obrigação, com inobservância do tempo, lugar e forma convencionada.
- (B) a confirmação da mora dá-se quando a obrigação não foi cumprida no tempo, lugar e forma convencionados ou estabelecidos pela lei e que não poderá sê-lo, com proveito para o credor.
- (C) a ocorrência da mora dá-se não só quando há atraso no cumprimento da obrigação, mas também quando este se dá na data estipulada, mas de modo imperfeito, ou seja, em lugar ou forma diversa da convencionada ou estabelecida na lei.
- (D) o inadimplemento contratual acarreta a responsabilidade de indenizar as perdas e danos, caracterizando infração ao dever de conduta e identificando a responsabilidade aquiliana.

— QUESTÃO 45 —

A propriedade é o mais completo dos direitos subjetivos. É a matriz dos direitos reais e o núcleo do direito das coisas. Em face do direito de propriedade,

- (A) o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua e detenha.
- (B) a propriedade pode ser adquirida pela usucapião, modo originário de aquisição.
- (C) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.
- (D) a propriedade do imóvel, além de outros modos, é adquirida por aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 15 anos.

— QUESTÃO 46 —

A Constituição Federal de 1988, com referência aos princípios processuais estabelece:

- (A) pelo princípio do devido processo legal fica garantido que as mesmas regras aplicadas ao autor também sejam aplicadas ao réu.
- (B) pelo princípio da tempestividade da prestação jurisdicional, as partes têm direito a um processo com dilações de prazos e direito a uma decisão judicial mesmo que tardia.
- (C) pelo princípio do juiz natural fica vedado que o processo seja julgado por juízo ou tribunal de exceção.
- (D) pelo princípio da exclusividade da jurisdição do judiciário, que nenhum conflito, sem exceções, pode ser excluído do poder judiciário.

— QUESTÃO 47 —

Chamamento ao processo é a hipótese de intervenção forçada de terceiro que tem por objetivo chamar ao processo todos os possíveis devedores de determinada obrigação comum, a fim de que se forme título executivo. Assim,

- (A) é admissível o chamamento ao processo dos devedores não solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida correspondente.
- (B) é cabível a extinção do processo após o pedido de chamamento ser examinado e deferido pelo juiz, que ordenará a citação do chamado na nova peça processual.
- (C) cabe chamamento ao processo no processo de conhecimento, no procedimento comum ordinário e no juizado especial.
- (D) é admissível o chamamento ao processo, do devedor, na ação em que o fiador for réu, dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.

— QUESTÃO 48 —

A citação é ato pelo qual se chama a juízo o réu ou interessado a fim de se defender. A citação é indispensável para a validade do processo e representa uma condição para concessão da tutela jurisdicional do direito. Nessa perspectiva,

- (A) a citação será feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado.
- (B) a citação não se fará, salvo para evitar o perecimento do direito, ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou linha lateral em terceiro grau, no dia do falecimento e nos nove dias seguintes.
- (C) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa. Contudo, quando ordenada por juiz incompetente, não constitui em mora o devedor e não interrompe a prescrição.
- (D) a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, exceto nas ações de estado; quando for ré pessoa relativamente incapaz e pessoa incapaz; quando for ré pessoa de direito público e pessoa de direito privado; nos processos de execução; quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; quando o autor a requerer de outra forma.

— QUESTÃO 49 —

São requisitos formais da sentença, ditos pelo Código de Processo civil de “essenciais”, o relatório, a fundamentação e o dispositivo. No que diz respeito à sentença e à coisa julgada, conclui-se que

- (A) o juiz poderá proferir sentença ilíquida, quando o autor tiver formulado pedido certo.
- (B) o juiz proferirá a sentença, acolhendo ou rejeitando, no todo ou em partes, o pedido formulado pelo autor. Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa.
- (C) a lei faculta ao juiz proferir sentença, em favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (D) a eficácia da coisa julgada material, que torna imutável e indiscutível a sentença, está sujeita apenas a recurso ordinário ou extraordinário.

— QUESTÃO 50 —

O recurso é um meio voluntário de impugnação de decisões judiciais, interno ao processo, que visa à reforma, à anulação ou ao aprimoramento da decisão atacada. Assim,

- (A) o recorrente poderá, a qualquer tempo, dependendo da anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (B) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos se aproveita, mesmo se distintos ou opostos seus interesses.
- (C) o recurso interposto por um devedor, havendo solidariedade passiva, não aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
- (D) as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

— QUESTÃO 51 —

O sujeito “A”, com dolo de furtar, entrou clandestinamente na casa de “B”. Lá dentro, todavia, acometido de um profundo arrependimento, decidiu, por contra própria, ir embora, sem nada subtrair do interior da residência. Nesse caso, houve

- (A) crime de furto consumado.
- (B) crime de furto tentado.
- (C) crime de violação de domicílio.
- (D) fato atípico.

— QUESTÃO 52 —

É efeito automático da condenação criminal:

- (A) tornar certa a obrigação do condenado de indenizar o dano causado pelo crime.
- (B) perder cargo público, quando aplicada pena privativa de liberdade superior a quatro anos.
- (C) incapacitar para o exercício do poder familiar, nos crimes dolosos cometidos contra filho.
- (D) inabilitar para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

— QUESTÃO 53 —

Segundo o Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o

- (A) Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) Juiz de direito competente.
- (C) Representante do Ministério Público.
- (D) Chefe de polícia.

— QUESTÃO 54 —

A prisão temporária, instituto previsto pela Lei n. 7.960/89, pode ser decretada

- (A) quando se investiga qualquer crime doloso punido com reclusão.
- (B) durante o inquérito policial e durante a instrução criminal.
- (C) pelo juiz, de ofício, ou em face de requisição do Ministério Público.
- (D) pelo prazo de cinco dias, prorrogável por igual período.

— QUESTÃO 55 —

Da análise da legislação específica dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem depreende-se:

- (A) o Conselho Federal e os Conselhos Regionais constituem em seu conjunto uma autarquia.
- (B) os Conselhos Regionais são independentes do Conselho Federal.
- (C) a existência de Conselho Regional, em cada Estado, independe do número de profissionais habilitados na unidade da federação.
- (D) os membros do Conselho Federal serão eleitos por maioria absoluta de votos, em escrutínio aberto.

— QUESTÃO 56 —

Compete ao Conselho Regional de Enfermagem:

- (A) aprovar seus regimentos internos.
- (B) fixar o valor da anuidade.
- (C) instituir o modelo das carteiras profissionais de identidade.
- (D) elaborar seu próprio Código de Deontologia de Enfermagem.

— QUESTÃO 57 —

A Lei n. 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, estabelece:

- (A) o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica não pode realizar episiotomia e episiorrafia com aplicação de anestesia local, quando necessária.
- (B) a enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.
- (C) os cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida competem cumulativamente ao enfermeiro e ao técnico de enfermagem, não podendo ser realizados pelos auxiliares de enfermagem.
- (D) o Técnico de Enfermagem exerce atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços auxiliares de enfermagem sob supervisão, cabendo-lhe especialmente prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente.

— QUESTÃO 58 —

Segundo a distribuição das competências do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei n. 8.080/90, cabe:

- (A) à direção nacional do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas deste Sistema.
- (B) à direção municipal do SUS prestar apoio técnico e financeiro ao Estado e à União.
- (C) à direção estadual do SUS formar consórcios administrativos intermunicipais.
- (D) à direção nacional do SUS definir e coordenar o sistema de redes integradas de assistência de alta complexidade.

— QUESTÃO 59 —

Ao Conselho Regional é vedada a aplicação da seguinte pena aos infratores do Código de Deontologia de Enfermagem:

- (A) multa.
- (B) censura.
- (C) suspensão do exercício profissional.
- (D) cassação do direito ao exercício profissional.

— QUESTÃO 60 —

A Lei n. 8.080/90, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), estipula que

- (A) a iniciativa privada não poderá participar do SUS, mesmo em caráter complementar.
- (B) a vigilância nutricional e a orientação alimentar estão incluídas no campo de atendimento do SUS.
- (C) o acesso aos serviços de saúde poderá ser limitado pelos níveis de assistência.
- (D) a centralização político-administrativa, com direção única federal, é um dos princípios do SUS.

— RASCUNHO —